

6. Conclusão

O estudo do problema da palavra como unidade e categoria das línguas a partir de uma perspectiva wittgensteiniana da linguagem como forma de vida aqui empreendido procurou, antes de tudo, reconhecer nessa perspectiva um caminho alternativo para lidar com esse antigo e persistente embaraço. A aproximação entre a perspectiva wittgensteiniana e a proposição teórica de se estudar e se descrever as unidades lingüísticas, entre elas a palavra, partindo-se da adoção da ideia da construção como matriz e unidade privilegiada das línguas humanas, mostrou-se frutífera.

Verificamos que a retórica insatisfeita dos linguistas e estudiosos com a dificuldade em reconhecer e identificar as fronteiras entre as palavras não encontra semelhante reverberação entre linguistas adeptos de uma perspectiva teórica e de um tipo de análise que é reconhecida contemporaneamente por Abordagem Construcionista da Gramática.

O tratamento teórico indistinto dado por análises construcionistas a expressões lingüísticas *regulares, irregulares e idiossincráticas*, a relevância dada nas explicações gramaticais à elementos da práxis, das convenções sociais e do uso lingüístico, que, como vimos, são determinantes na constituição das formas gramaticais, demonstram, como vimos no capítulo cinco a superioridade metalingüística da Abordagem Construcionista para tratar elementos lingüísticos cuja variedade, heterogeneidade e natureza cambiante, como a *palavra*, os tornam sensivelmente resistentes aos *equipamentos* de explicação e descrição lingüística de inclinação fortemente representacionista, que, estrategicamente, acabam atribuindo a essa unidade pouca importância. Confinam-nas no léxico, como elementos que pouca interferência têm no “cálculo” que normalmente responde pela construção do significado lingüístico, e que é feito em isolamento da palavra.

O trajeto percorrido nos mostrou que o *problema da palavra* está muito menos na natureza do objeto do que na natureza do instrumento de medida que o pretende circunscrever. Mostrou-nos ainda, especialmente com a exposição feita no capítulo 2 sobre os pressupostos de uma perspectiva wittgensteiniana da linguagem e a apresentação dos pressupostos teóricos da AC, particularmente em

sua visão mais radical (Croft 2001), a fértil reverberação da visão da linguagem como forma de vida no quadro teórico da Abordagem Construcionista da Gramática.

Nenhum saber instituído sobre a linguagem, nenhuma das reverenciadas teorias linguísticas hegemônicas, alcançou, potencialmente, o nível de neutralidade, sensibilidade à práxis e capacidade de descrever a diversidade tipológica das línguas como essa abordagem teórica.

Contudo, sua inegável ambição explicativa, de origem mentalista e representacionista, prejudica, do nosso ponto de vista, a capacidade de descrever e compreender mais frutiferamente o fenômeno da linguagem.

Nesse aspecto a AC afasta-se sensivelmente da visão wittgensteiniana da linguagem como forma de vida, na medida, por exemplo, em que procura em suas análises demonstrar regularidade e relações causais na natureza polissêmica da linguagem, por meio de recorrentes explicações de projeções mentais de padrões metafóricos e metonímicos, fato que demonstra um grau considerável de adesão ao cientificismo nos moldes das ciências naturais e das relações explicativas causais.

A tentativa de circunscrever e criar regras *de fora do jogo* da linguagem, buscando um ponto de vista externo àquilo que podemos observar e aprender com a regularidade que existe no uso, nas práticas e nos jogos de linguagem, levam a todo tipo de problema, dentre eles a postulações de universais linguísticos que afastam o compromisso descritivo nos termos das práticas metalinguísticas das diferentes comunidades linguísticas.

O estudo e a proposição dos universais linguísticos têm por base a premissa de que “subjacente às infinitas e fascinantes idiossincrasias das línguas do mundo há uniformidades de escopo universal” (Comrie, 1989, pp. 33,34). Para Comrie, para os adeptos dessa premissa, tal uniformidade se explicaria porque, em meio à diversidade infinita, todas as línguas seriam, como que retiradas de um mesmo *tecido*. A teoria dos universais linguísticos especifica quais propriedades são necessárias para a linguagem humana, quais são possíveis, mas não necessárias, e quais são impossíveis, de tal forma que acima de tudo, esse tipo de estudo “objetiva estabelecer limites à variação das línguas humanas”. Nada mais na *contra-mão* da natureza e do dinamismo da linguagem, como vimos com as diversas pesquisas da diversidade linguísticas narradas especialmente por Croft

(1999), Goldberg (2006) e Dixon & Aikhenvald, (2002) que indicamos neste texto.

Parece-nos que a versão Radical da Gramática das Construções é aquela que mais definitivamente rompe com os termos da imposição de universais linguísticos conforme descritos acima, e melhor demonstra a *inadequação* dessa aposta. Os estudos de Croft, assim como os reunidos em Dixon & Aikhenvald (2002), mostram-nos com as inúmeras evidências das pesquisas linguísticas que descrevem a ineliminável diversidade tipológica das línguas, as ilusões e equívocos que a agenda formal das teorias linguísticas dominantes vêm propagando há tanto tempo.

Achamos oportuno registrar em nossas considerações finais as seguintes palavras de Taylor no artigo dedicado ao pensamento de Roy Harris, intitulado *Roy Harris and the philosophy of linguistics* (1996), que contém algumas importantes ideias de um projeto do que pode, um dia, a vir a integrar a agenda de estudos linguísticos:

Se algo que se denomina linguística pretende prestar contribuição positiva e ativa ao estudo da linguagem e à compreensão das questões humanas, não deve ser fundada sobre ilusões conceituais ou enganos metodológicos. Portanto, no mínimo, pelo menos os conceitos técnicos que informam a teoria e a pesquisa linguística – conceitos metalinguísticos como regra, palavra, linguagem, línguas, comunicação, gramatical, padrão, escrita, tradução etc – não devem passar sem exame, não importando o quanto eles ou seus usos pareçam-nos simples, matérias do senso comum, da intuição, ou da sabedoria adquirida, como os linguistas fazem uso desses termos metalinguísticos, como os definem e que métodos aplicam para estudar os fenômenos que os caracterizam ou os envolvem devem todos ser submetidos ao escrutínio filosófico. Caso contrário, restará pouco para distinguir entre linguística e o que, em um viés *harrisoniano*, chamaríamos de uma mitologia da linguagem. (In *Roy Harris and the philosophy of linguistics*, Taylor, 1997, p. 2, 3)

Esperamos nesta tese ter dado uma contribuição nesse sentido. Parece-nos que o *problema de fundo* da palavra parte de uma premissa equivocada sobre a natureza da linguagem. Adotando uma visão mais descritiva e que reconheça a diversidade tipológica das línguas, e respeite as práticas linguísticas e metalinguísticas que acompanham essa diversidade, embaraços antigos e perguntas clássicas fabricadas por uma visão equivocada da natureza e do funcionamento da linguagem, começam a perder seu apelo.

Wittgenstein não nos legou uma teoria sobre a linguagem, e seria um contra-senso se ele o tivesse feito. Mas acreditamos que suas investigações nos legam uma apreensão dos limites naturais que ela impõe, e das consequências prejudiciais que ocorrem quando insistimos em cruzar esses limites, quando insistimos, por exemplo, em circunscrevê-la de e conformá-la a regras exteriores às suas cercanias, que queiramos reconhecer fora das formas de vida com as quais ela mantém laços constitutivos e indissociáveis.

Esta tese nos impulsiona a aderir à crítica de Peter Hacker no que tange à penetração das abordagens aplicadas às ciências naturais aos estudos das áreas do conhecimento humano, aos estudos da linguagem. Hacker, (2001: 68; 69), sensível às ilusões e equívocos a que às ciências humanas vêm sendo submetidas pela extensão aos estudos humanos de métodos e formas de explicação das ciências naturais, e, influenciado pelo pensamento wittgensteiniano, propõe a autonomia de uma compreensão humanística da linguagem e a recusa da aplicação de pressupostos e metodologias das ciências naturais aos estudos linguísticos. Observemos uma parte da retórica utilizada por Hacker em defesa desse ponto de vista:

Desde que comportamentos caracteristicamente humanos, distintos do comportamento da natureza inanimada, não são apenas movimento mas, também, ação, sua descrição requer referência às múltiplas instituições e práticas reguladas nas quais a vida humana se dá. Um homem levanta sua mão e a movimenta para frente e para trás – o movimento físico pode ser descrito e explicado fisiologicamente e neurofisiologicamente. Mas um tal gesto pode ser um cumprimento, ou um alerta, ou um simples acenar. Pode estar sinalizando que uma distância foi percorrida com sucesso, pode ser parte da atividade de regência de uma orquestra, ou parte de uma explicação do significado do que é ‘acenar’ – e sem dúvida, ainda muitas outras coisas. Fazer uma marca num pedaço de papel pode ser descrito de acordo com a fisiologia ou com a neurobiologia, mas se a inscrição no papel significa a inscrição do nome de alguém, ou alguma outra coisa, o acerto de um contrato, o acordo firmado em um testamento, a assinatura de um cheque, escrever o nome no próprio livro ou dedicá-lo a um amigo, tudo isso e muito mais demanda referência a infinitas regras, convenções, e instituições da vida social, que não são redutíveis a nada *fora dessas regras*, e são produtos da vida social em épocas particulares da história. (...) Consequentemente, a *descrição* de fenômenos relativos aos estudos humanísticos requer conceitos que não são necessários às ciências naturais para a descrição de suas disciplinas [e vice versa]. (pp. 68; 69)

Acreditamos com o estudo que desenvolvemos, e com a solução dada pela Abordagem Construcionista da gramática ao fenômeno múltiplo da linguagem, que a formulação de uma metodologia que se afaste totalmente da penetração do

ideal de *regras causais*, típicas e bem-vindas nas ciências naturais, e que privilegie nos estudos linguísticos, em detrimento de formas explicativas, as formas descritivas, centradas no entendimento da dimensão cultural e social do homem e da linguagem da qual não se separa, na qual vive imerso, já deu largos passos.

Acreditamos, ainda, que os mentores dessa (nova?) forma de ver a linguagem encontram-se entre aqueles que tiveram a sensibilidade de trazer de volta os idiomatismos ao centro da linguagem e que, dentre outras atitudes revolucionárias, desafiaram o status hegemônico e o apelo quase irresistível da proposição dos universais lingüísticos – entre eles, proeminente, a *palavra*. Esses pioneiros audaciosos, ressalvada sua adesão ao representacionismo (nos moldes que acabamos de descrever) reúnem-se hoje em torno da Abordagem Construcionista da gramática e da linguagem humana.